



NEODESENVOLVIMENTISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL  
(2003-2025): UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Luís Fernando de Oliveira dos Santos<sup>1</sup>

Renato Luis Pinto Miranda<sup>2</sup>

Maria Amélia Jundurian Corã<sup>3</sup>

**Resumo:** A discussão sobre o neodesenvolvimentismo no Brasil tem ocupado posição relevante nos debates acadêmicos e políticos das últimas décadas, especialmente em razão das diferentes interpretações acerca do papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico e social. Nesse contexto, o tema também passou a ser abordado em estudos voltados às Políticas Públicas de Saúde, campo diretamente influenciado pelas estratégias de financiamento, planejamento e intervenção estatal. Diante disso, esta pesquisa parte do seguinte questionamento: como a discussão sobre o neodesenvolvimentismo no Brasil emerge nos trabalhos acadêmicos acerca das Políticas Públicas de Saúde publicados entre 2003 e 2025? Para responder a essa questão, foi realizada uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), utilizando o *software Harzing's Publish or Perish* para o levantamento bibliográfico em bases indexadas pelos catálogos *Crossref* e *OpenAlex*. Após a seleção dos estudos, foram identificadas diferentes perspectivas teóricas do neodesenvolvimentismo presentes na literatura especializada, as quais serviram de referência para a análise dos trabalhos relacionados às Políticas Públicas de Saúde. Os resultados indicam que, embora o neodesenvolvimentismo constitua um importante referencial para compreender o contexto político, econômico e institucional das políticas de saúde no Brasil, sua presença nos estudos analisados ocorre de forma fragmentada, heterogênea e, na maior parte dos casos, sem articulação direta e sistemática com áreas específicas do setor da saúde.

**Palavras-chave:** Neodesenvolvimentismo; neoliberalismo; políticas públicas; saúde; Brasil.

**Abstract:** *The discussion on new developmentalism in Brazil has occupied a prominent position in academic and political debates over recent decades, particularly due to the different interpretations regarding the role of the State in promoting economic and social development. In this context, the topic has also been addressed in studies focused on Public Health Policies, a field directly influenced by state strategies of financing, planning and intervention. Accordingly, this study seeks to answer the following question: how does the discussion on new developmentalism in Brazil emerge in academic works on Public Health Policies published between 2003 and 2025? To address this question, a Systematic Literature Review (SLR) was conducted using the Harzing's Publish or Perish software to retrieve bibliographic records indexed in the Crossref and OpenAlex databases. After the selection of the studies, different theoretical perspectives of new developmentalism identified in the specialized literature were used as analytical references for examining publications related to Public Health Policies. The findings indicate that, although new*

<sup>1</sup> Mestrando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Alagoas (PPGCP/UFAL). Pesquisador na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió - AL. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-0976-3346>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4804381867008368>. E-mail: [luís.santos@ics.ufal.br](mailto:luís.santos@ics.ufal.br)

<sup>2</sup> Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Associado II na Universidade Federal Fluminense (UFF) e Docente Permanente na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Niterói - RJ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2967622725304029>. E-mail: [renatolpm@id.uff.br](mailto:renatolpm@id.uff.br)

<sup>3</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora no Curso de Administração da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Arapiraca - AL. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7736920265405020>. E-mail: [maria.cora@arapiraca.ufal.br](mailto:maria.cora@arapiraca.ufal.br)



*developmentalism constitutes an important framework for understanding the political, economic and institutional context of health policies in Brazil, its presence in the analyzed studies is fragmented and heterogeneous, and in most cases lacks a direct and systematic articulation with specific areas of the health sector.*

**Keywords:** *Neo-developmentalism; neoliberalism; public policies; health; Brazil.*

## 1. Introdução

Nas últimas duas décadas, o debate sobre o neodesenvolvimentismo tornou-se central para a compreensão das transformações econômicas e políticas ocorridas no Brasil. A partir dos anos 2000, especialmente com a revalorização do papel do Estado para o crescimento e na implementação de políticas públicas, surgiu um conjunto de ideias que buscou articular desenvolvimento econômico e inclusão social, bem como as discussões sobre macroeconomia. Entretanto, a produção sobre o tema e seus impactos nas políticas de saúde no Brasil ainda carecem de análises mais sistemáticas.

A literatura sobre o tema revela que o neodesenvolvimentismo brasileiro foi objeto de várias interpretações, desde abordagens normativas, que o compreendem como tentativa de retomada do desenvolvimentismo clássico adaptado ao contexto globalizado (Bresser-Pereira, 2019, p. 03), até leituras críticas, que o denunciam como forma de financeirização do Estado e manutenção da dependência estrutural (capitalismo dependente). Apesar dessa diversidade, nota-se que poucos estudos se dedicam a examinar como essas teorias influenciam e dialogam com as políticas públicas de saúde no Brasil. Justifica-se, portanto, a realização desta pesquisa pela ausência de estudos que articulem o debate sobre o neodesenvolvimentismo e políticas públicas de saúde no país. Ademais, há o fato de que o neodesenvolvimentismo fomenta a expansão de gasto social, o fortalecimento do Estado e o estímulo ao crescimento, causando impacto direto no financiamento e na coordenação federativa das políticas públicas de saúde no Brasil. Com consequência de que o empreendimento desse modelo modificou a relação entre União, estados e municípios, especialmente pela ampliação de programas federais e de transferências condicionadas, que influenciaram a autonomia subnacional e a capacidade de implementação do SUS.

Dada a interdependência entre esses elementos, a presente investigação tem por objetivo realizar uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), mapeando a interseção entre as abordagens do neodesenvolvimentismo e a produção acadêmica sobre as políticas públicas de saúde no Brasil, entre 2003 e 2025. A questão norteadora que orienta esta investigação é: como a discussão sobre neodesenvolvimentismo no Brasil emerge nos trabalhos sobre políticas públicas de saúde



publicados nas últimas duas décadas? Para responder à questão de pesquisa, adotou-se um protocolo de revisão sistemática da literatura, operacionalizado com o auxílio do software *Harzing's Publish or Perish* (versão 8.18), utilizando as bases *Crossref* e *OpenAlex*, selecionadas por sua compatibilidade com a ferramenta empregada e pela disponibilidade de metadados bibliográficos e indicadores de citações necessários à pesquisa.

Os resultados permitiram-nos compreender não apenas o estado da arte do tema, mas também evidenciar alguns limites e potencialidades da produção científica nacional. Verificou-se que a maioria dos estudos estabelece um diálogo com o neodesenvolvimentismo, entretanto, sem aprofundar a análise das conexões entre políticas públicas de saúde e o contexto econômico dos governos recentes. Essa constatação reforça a necessidade de aprofundar a compreensão da interdependência entre esses diálogos.

O artigo estrutura-se a partir da reconstrução do debate sobre o desenvolvimentismo e o neodesenvolvimentismo no Brasil, seguido da sistematização das contribuições de alguns dos seus expoentes, como Bresser-Pereira, Reinaldo Gonçalves, Mollo e Fonseca e Moraes e Saad-Filho, fundamentados no referencial teórico. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa e bibliográfica, baseada em Revisão Sistemática da Literatura, para mapear a produção acadêmica sobre políticas públicas de saúde no contexto neodesenvolvimentista. A análise relaciona os estudos em diferentes perspectivas teóricas, identificando aproximações e limites no diálogo entre economia política e políticas de saúde. Por fim, os resultados evidenciam o predomínio de análises gerais e transversais, bem como a escassez de trabalhos que articulem de forma sistemática o contexto macroeconômico às políticas públicas de saúde.

## **2. Desenvolvimentismo, neodesenvolvimentismo e algumas implicações teóricas**

Segundo Oliveira (2013), ao se falar sobre “neodesenvolvimentismo”, pressupõe-se que exista um “antigo-desenvolvimentismo”. No Brasil, existe a hipótese de que foi no governo de Getúlio Vargas, quando assumiu a presidência do Rio Grande do Sul, em 1928, que o desenvolvimentismo nasceu como expressão política (Oliveira, 2013, p. 02). O caráter desenvolvimentista de governo é considerado como “uma ideologia mais nacionalista e que, mesmo sem dispensar o capital estrangeiro, relegava importante papel ao Estado para alavancar investimentos prioritários, demarcando áreas restritas para o capital nacional” (Fonseca, 2016, p. 120).

Nesse sentido, embora ainda exista confusão na definição do que é o desenvolvimentismo, Fonseca (2004, p. 227) o caracteriza pela presença de um “núcleo duro” composto pela defesa da industrialização, do intervencionismo pró-crescimento e do nacionalismo. A partir dessa formulação, Oliveira (2013, p. 03) retoma o conceito para discutir o lugar do desenvolvimentismo



no debate contemporâneo sobre o neodesenvolvimentismo no Brasil.

Em uma análise sobre o tema realizada por Bielchowsky (1988), o desenvolvimentismo clássico compreende o período de 1930 a 1964, quando existiram grandes transformações no Brasil a partir da implantação de um sistema industrial no qual foi possível debater sobre questões de desenvolvimento associadas em especial à questão da industrialização.

Segundo Oliveira (2013), as principais correntes teóricas que discutiram o tema foram classificadas em grupos como neoliberais, desenvolvimentistas do setor público (nacionalistas e não nacionalistas) e do setor privado, além dos socialistas, especificamente os associados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). O autor Bresser-Pereira (2006; 2012), por sua vez, utiliza termos como “nacional desenvolvimentismo”, “desenvolvimentismo clássico” e “antigo desenvolvimentismo”, expandindo seu período de análise para o marco de 1930 a 1980 (Oliveira, 2013, p. 03).

Segundo Oliveira (2013, p. 03), o desenvolvimentismo, conforme definido por Bresser-Pereira, é como um “conjunto de ideias políticas e de estratégias econômicas que orientavam a industrialização acelerada no Brasil e a coalizão de classes identificadas com o desenvolvimento nacional”. Em síntese, o desenvolvimentismo no Brasil foi a teoria econômica e política que orientou o Estado brasileiro entre as décadas de 1930 e 1980 a adotar medidas com o objetivo de industrializar a economia no país, sendo este um processo necessário para superar o atraso econômico transformando-o ao patamar de países capitalistas modernos. No final da década de 1970, com o contexto de fim da ditadura militar, intelectuais e lideranças políticas que haviam deixado o país retornaram à nação com direitos ainda muito limitados para produzirem teoria política. Em 1978, o termo “neodesenvolvimentismo” foi visto pela primeira vez. Autores como Ruy Mauro Marini, Fernando Henrique Cardoso e José Serra debateram o tema enquanto lecionavam no exterior, sendo Marini professor na *Universidad Nacional Autonoma de México* e os outros dois da *University of Princeton* (EUA).

Os textos de Marini assumiram o que o autor chamou de “crise do pensamento desenvolvimentista”, afirmando que esse era um movimento diferente daquilo que se esperava para a geração vigente na época. Criticava também os escritos de Cardoso e Serra, afirmando haver a defesa da existência de uma única via de desenvolvimento capitalista, desconsiderando o capitalismo dependente (Oliveira, 2013, p. 05). Argumenta ainda que o texto a sustentação dessa formulação crítica está fundamentada no resgate da tese desenvolvimentista, especialmente no que se refere a uma fração de classe diferenciada (burguesia industrial) que possui supostas contradições em relação aos grupos econômicos multinacionais e aos interesses estrangeiros, tanto no âmbito de mercado, quanto referente ao aparato estatal.

Dessa forma, Marini afirma que a proposição dos autores é uma falsa tentativa de



conciliação de classes, uma estratégia equivocada na medida em que pretende criar uma aliança entre a classe trabalhadora e uma suposta “oposição burguesa” em defesa de um projeto de “desenvolvimento”. Portanto, a ideia de conciliação entre as classes mostra-se como uma ideia ilusória de um neodesenvolvimentismo tímido e que não tardará a perder suas inibições (Marini, 2008, p. 228).

Debruçado sobre o desafio de construir um nexos lógico entre a formulação teórica dos intelectuais do campo da heterodoxia econômica e a possível aplicação de um modelo econômico correspondente, Brito (2021, p. 12) admite que “não há, de fato, um conceito de desenvolvimentismo (assim como de neodesenvolvimentismo ideal)”, haja vista a relação nem sempre determinante e estrita entre tais formulações e a experiência histórica objetiva.

Partindo do princípio de que diferentes vertentes intelectuais reivindicam para si raízes desenvolvimentistas, podendo assim ser consideradas heterodoxas (Mollo & Amado, 2015), a discussão do neodesenvolvimentismo traz como ponto de convergência a negação de três cânones da ortodoxia, a saber: a visão de que a moeda é neutra no curto e longo prazo; a importância atribuída ao mercado de fundo de empréstimos, com a necessária existência de poupança prévia para a viabilização não inflacionária de investimentos; e a concepção da intervenção estatal e da política fiscal como elementos desestabilizadores, incapazes de estimular o efetivo crescimento (Paulani, 2017).

Embora haja relativo consenso em relação à esses pontos de negação da ortodoxia, a discussão sobre o neodesenvolvimentismo se desdobra em duas grandes correntes de pensamento no Brasil: o Novo-Desenvolvimentismo e o Social-Desenvolvimentismo<sup>4</sup>. A primeira, capitaneada por Bresser-Pereira e seu grupo, caracteriza-se por um maior nível de confiança no mercado e um modelo econômico mais voltado para exportação, mediante a ativação de investimentos privados; a segunda, por sua vez, constituída precipuamente por membros dos institutos de economia da Unicamp e da UFRJ, caracteriza-se por defender um desenvolvimento distributivo orientado pelo Estado, cujas políticas de distribuição de renda e de investimento público (crédito, mesmo sem lastro em poupança prévia) são concebidas como instrumentos capazes de estimular concomitantemente a produção e o consumo (Paulani, 2017). As concepções dessa segunda vertente teriam sido encontradas em momentos específicos dos primeiros governos Lula e Dilma I (Brito, 2021).<sup>5</sup>

<sup>4</sup> Cabe mencionar ainda a corrente dos Novos-Desenvolvimentistas pós-keynesianos, trazida pela autora e por ela posicionada como bastante próxima dos Social-Desenvolvimentistas (Paulani, 2017).

<sup>5</sup> Para meio detalhamento das distinções entre o Novo-Desenvolvimentismo e o Social-Desenvolvimentismo, vide o quadro síntese elaborado por Paulani (2017, p. 142) apresentando essas duas correntes sob diversos prismas, como: orientação; elementos dinâmicos da demanda agregada; papel do Estado; variáveis-chave da dinâmica econômica;



Assim, enquanto o desenvolvimentismo constitui uma tradição do pensamento econômico latino-americano voltado à superação do subdesenvolvimento por via da transformação estrutural da economia, o neodesenvolvimentismo, por sua vez, pode ser compreendido como uma interpretação da experiência brasileira ocorrida nos três primeiros mandatos do Partido dos Trabalhadores no início do século.

O neodesenvolvimentismo emerge, portanto, enquanto categoria analítica de uma experiência histórica, estudado especialmente por duas escolas teóricas contemporâneas: o Novo-Desenvolvimentismo e o Social-Desenvolvimentismo. Por essa razão, não raramente, essa categoria analítica e tais correntes teóricas são tomadas como sinônimos em parte significativa da bibliografia sobre o tema.

Por essa razão, o presente artigo irá se concentrar nas concepções de autores com perspectivas diferentes sobre o neodesenvolvimentismo como Luiz Carlos Bresser-Pereira (2019), Reinaldo Gonçalves (2012), Maria de Lourdes Rollemberg Mollo e Pedro Cezar Dutra Fonseca (2013) e Lecio Moraes e Alfredo Saad-Filho (2011) buscando identificar as dimensões e questões centrais sobre o conceito a fim de fazer conexões com o que tem sido abordado na bibliografia sobre políticas públicas de saúde.

No recorte temporal entre 2003 e 2025, os autores mencionados acima são tomados como núcleo teórico de referência para a definição do neodesenvolvimentismo, na medida em que suas contribuições são as mais difundidas sobre o tema. Trabalhos posteriores, sobretudo aqueles publicados após 2019, são incorporados como desdobramentos que fazem críticas a esse marco conceitual nas análises sobre o modelo econômico brasileiro, a financeirização e as políticas sociais, incluindo a saúde, sem estabelecerem um novo consenso definidor. Dessa forma, esta RSL busca articular as dimensões centrais propostas por esses autores seminais com a produção recente que discute as implicações do neodesenvolvimentismo para o SUS e as políticas de saúde no Brasil.

### **3. O debate teórico sobre o neodesenvolvimentismo brasileiro e as convergências e divergências na literatura**

Luiz Carlos Bresser-Pereira, economista, ex-ministro e professor da Fundação Getúlio Vargas, é um dos principais teóricos do neodesenvolvimentismo no Brasil. Segundo o autor, o novo desenvolvimentismo representa um “segundo momento” do estruturalismo latino-americano, retomando e atualizando o legado dos anos 1950-60 (Prebisch, Furtado), porém agora com foco central na macroeconomia do desenvolvimento. Ele defende que o novo desenvolvimentismo

---

política monetária; política fiscal; política cambial; e política de emprego e salários.



constitui uma abordagem sistemática, baseada em modelos pós-keynesianos e estruturalistas, que coloca a taxa de câmbio, o combate à “doença holandesa”<sup>6</sup> e a crítica à restrição externa no núcleo da análise e da estratégia de desenvolvimento.

Bresser-Pereira argumenta que, enquanto o estruturalismo clássico enfatizava a necessidade de industrialização por meio da intervenção estatal, o novo desenvolvimentismo incorpora a preocupação com os mecanismos macroeconômicos para sustentar o crescimento e a competitividade internacional dos países em desenvolvimento. Dessa forma, essa corrente não busca apenas a intervenção estatal, mas também proporciona uma estratégia nacional para o desenvolvimento baseado no aprendizado das experiências passadas latino-americanas e das economias asiáticas dinâmicas (Bresser-Pereira, 2019, p. 03).

Um segundo nome importante nos estudos sobre o novo desenvolvimentismo no Brasil é o professor e economista Reinaldo Gonçalves, que faz fortes críticas ao modelo econômico, afirmando ser um “liberalismo disfarçado”, que em nada altera a dependência dos países subdesenvolvidos para com o mercado externo, perpetuando, dessa forma, as desigualdades estruturais. Em sua obra *Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado* (2012), Gonçalves apresenta essa perspectiva teórica não como uma ruptura com o neoliberalismo, mas sim como mais uma de suas transformações internas.

Considerando também o debate promovido por Gonçalves acerca do tema, é possível afirmar que, embora o neodesenvolvimentismo se apresente como alternativa ao Consenso de Washington e às políticas neoliberais dos anos de 1990, ele mantém em sua essência os mesmos princípios centrais desse paradigma. A diretriz que fundamenta essa corrente é o crescimento econômico junto à redução das desigualdades sociais, entretanto, a maneira como tenta alcançar tal objetivo revela forte continuidade da lógica liberal. O foco na macroeconomia, na questão orçamentária e de disciplina fiscal, no câmbio competitivo e nos juros moderados mostram que o neodesenvolvimentismo concentra sua ênfase na eficiência dos mercados e na racionalidade fiscal, elementos estes centrais ao neoliberalismo.

Gonçalves observa que, apesar do discurso do Estado como regulador, o papel estatal no novo-desenvolvimentismo é limitado, funcionando mais como regulador e garantidor da estabilidade do que como promotor direto do desenvolvimento. As propostas dessa corrente afastam-se, portanto, do antigo nacional desenvolvimentismo, que valorizava o investimento público, o mercado interno e a industrialização como caminhos para a soberania econômica. Desse

---

<sup>6</sup> A doença holandesa pode ser entendida como um fenômeno em que a grande disponibilidade de recursos naturais faz com que o país tenha forte vantagem em exportar esses bens, levando a economia a concentrar-se neles e a negligenciar a indústria. Essa especialização em commodities tende a impedir a consolidação de um setor manufatureiro robusto ou até provocar seu acolhimento, o que acaba travando o desenvolvimento econômico sustentado no longo prazo. Para melhor compreensão, ler Veríssimo e Xavier (2013, p. 83).



modo, ao priorizar o crescimento orientado para as exportações e a competitividade internacional, a corrente emergente reproduz a dependência estrutural da economia brasileira frente ao mercado global.

Nesse sentido, Gonçalves interpreta o novo-desenvolvimentismo como uma manifestação do que chama de “liberalismo enraizado”, sendo este, portanto, um modelo que tenta compatibilizar a lógica liberal de mercado com algumas concessões sociais e institucionais. Esse “enraizamento” está ligado à tentativa de conferir uma dimensão social e nacional a um projeto liberal. O resultado, para o autor, é uma proposta que mantém o mesmo núcleo ideológico do neoliberalismo, apenas inserindo um discurso de justiça social e de eficiência estatal. Em síntese, o novo-desenvolvimentismo, segundo Reinaldo Gonçalves, é mais uma atualização do liberalismo do que uma alternativa a ele (Gonçalves, 2012, p. 663).

Em concordância com Bresser-Pereira, Maria de Lourdes Rollemberg Mollo e Pedro Cezar Dutra Fonseca (2013) reconhecem o mérito dessa tentativa de retomar o planejamento nacional e o papel do Estado, mas fazem críticas ao autor em três principais aspectos: i) o excesso de confiança na política cambial como um fator principal; ii) a ênfase nas exportações e não no mercado interno e iii) a aproximação com a ortodoxia econômica, ao defender políticas fiscais e monetárias moderadas.

Embora Mollo e Fonseca (2013) reconheçam a relevância de Bresser-Pereira e de sua teoria, esses autores argumentam que tal proposta apresenta limites significativos e contradições internas que comprometem sua coerência enquanto estratégia de desenvolvimento nacional. Segundo eles, a ênfase na manutenção de uma taxa de câmbio reduz o debate macroeconômico, desconsiderando a necessidade de uma política industrial robusta de uma coordenação mais ampla entre instrumentos fiscal, monetário e produtivo.

Além disso, eles criticam a concepção bresseriana de equilíbrio fiscal e poupança interna por considerá-la próxima de uma perspectiva ortodoxa, ao negligenciar o papel ativo do investimento público na geração de poupança e crescimento, conforme os fundamentos keynesianos. Dessa forma, Mollo e Moraes sustentam que o novo-desenvolvimentismo proposto por Bresser-Pereira é insuficiente para promover uma transformação estrutural na economia brasileira.

Além das críticas feitas pelos autores até então citados, Lécio Moraes e Alfredo Saad-Filho (2011), tomando os termos neodesenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo expressamente como sinônimos, avaliam essa “nova proposta de política econômica” como uma alternativa ao neoliberalismo, buscando restaurar o papel do Estado como indutor do crescimento econômico, sem abandonar os fundamentos do capitalismo. Trata-se de construir uma terceira via entre o velho desenvolvimentismo e o neoliberalismo ortodoxo, voltado à estabilidade monetária e à



desregulamentação. Tal proposta combina ideias do keynesianismo, que valoriza a complementaridade entre Estado e mercado, e do neoestruturalismo cepalino, que destaca a necessidade de competitividade internacional e equidade social (Morais, Saad-Filho, 2011, p. 509-520).

Morais e Saad-Filho destacam também a dimensão política do neodesenvolvimentismo. Para eles, o desenvolvimento requer um projeto nacional capaz de articular Estado, mercado e sociedade em torno de metas de soberania e coesão social. No entanto, segundo a visão desses autores, embora isso represente um avanço em relação ao neoliberalismo, o neodesenvolvimentismo é um projeto reformista, que mantém os limites estruturais do capitalismo dependente latino-americano. Assim, configura-se apenas como uma tentativa de modernização dentro da ordem existente e não como um projeto de transformação estrutural.

#### 4. Metodologia

Metodologicamente, esta pesquisa caracteriza-se como exploratória, pois busca mapear e compreender a presença do debate acerca do neodesenvolvimentismo na produção acadêmica sobre políticas públicas de saúde no Brasil, identificando os principais temas, abordagens e lacunas da literatura no período de 2003 a 2025. Quanto aos procedimentos, configura-se como pesquisa bibliográfica, por fundamentar-se exclusivamente em fontes secundárias recuperadas em bases de dados científicas e organizadas por meio de um protocolo de revisão sistemática da literatura. Adota-se uma abordagem qualitativa, privilegiando a análise interpretativa dos estudos selecionados para compreender de que maneira o conceito de neodesenvolvimentismo é mobilizado nas discussões sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e as políticas públicas de saúde, em vez de recorrer a procedimentos quantitativos, como meta-análises ou testes estatísticos.

A coleta dos dados foi realizada por meio do *software Harzing's Publish or Perish* (Publicar ou Perecer de Harzing- versão 8.18),<sup>7</sup> ferramenta amplamente utilizada em estudos bibliométricos para recuperação e organização de metadados científicos. O software possibilita a sistematização de informações como autoria, periódico, ano de publicação, número de citações e demais indicadores bibliométricos, contribuindo para a transparência, a organização da base empírica e a possibilidade de replicação do estudo.

A estratégia de busca concentrou-se nas bases *Crossref* e *OpenAlex*, uma vez que, na configuração operacional adotada, o *Publish or Perish* retornou resultados exclusivamente a partir dessas duas fontes. Assim, a delimitação do corpus não decorreu de uma escolha teórica prévia,

---

<sup>7</sup> Disponível em: [https://harzing.com/resources/publish-or-perish?utm\\_source=chatgpt.com](https://harzing.com/resources/publish-or-perish?utm_source=chatgpt.com)



mas de uma limitação técnica observada durante o processo de recuperação dos registros. Embora ambas sejam plataformas de acesso aberto e amplamente utilizadas para recuperação de metadados científicos, reconhece-se que a utilização exclusiva dessas bases pode limitar a abrangência da revisão, uma vez que estudos indexados exclusivamente em outras bases, como *Scopus*, *Web of Science* ou *SciELO*, podem não ter sido recuperados.

As buscas foram realizadas em 28 de outubro de 2025, considerando publicações compreendidas entre 2003 e 2025. O *Publish or Perish* foi configurado para recuperar até 100 registros por consulta em cada base de dados. Para tanto, as palavras-chave utilizadas foram: neodesenvolvimentismo; neoliberalismo; políticas públicas; saúde; Brasil<sup>8</sup>, admitindo-se trabalhos publicados em português, inglês e espanhol.

Como estratégia complementar de refinamento da busca, utilizou-se o número de citações como uma proxy de relevância acadêmica, buscando priorizar estudos com maior circulação na literatura especializada. Entretanto, em razão das diferenças observadas na distribuição das citações entre as bases consultadas, foram adotados critérios distintos. Na *Crossref*, os registros recuperados apresentaram baixa variação no número de citações, alcançando, no máximo, sete citações. Por essa razão, estabeleceu-se como critério mínimo a existência de uma citação, resultando em 17 registros elegíveis, dos quais dois foram excluídos por indisponibilidade do texto completo ou inconsistências nos links de acesso, permanecendo 15 estudos para a etapa de triagem.

Na *OpenAlex*, por sua vez, verificou-se maior amplitude na distribuição das citações, com registros alcançando até 116 citações. Em razão dessa característica, estabeleceu-se como critério mínimo a existência de 20 citações, resultando em nove estudos elegíveis. Assim, a adoção de limiares distintos não decorreu de diferenças quanto à qualidade dos estudos, mas das especificidades bibliométricas de cada base de dados, preservando a capacidade discriminatória do indicador de citações, utilizado exclusivamente como critério complementar de priorização.

#### Quadro 1 – Protocolo de busca da revisão sistemática

| Critério               | Estabelecidos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Palavras-chave         | Neodesenvolvimentismo; neoliberalismo; políticas públicas; saúde; Brasil.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Ferramenta de pesquisa | <i>Harzing's Publish or Perish 8.18</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Plataforma de busca    | <i>Crossref</i> e <i>OpenAlex</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| Parâmetros             | Exclusão de trabalhos que não falam sobre Políticas Públicas de Saúde e neodesenvolvimentismo no Brasil, abordando exclusivamente aspectos clínicos, epidemiológicos ou biomédicos em saúde;<br>Pesquisas que não se referem ao contexto brasileiro;<br>Trabalhos que não passaram por avaliação cega por pares, como livros, capítulos de livro, relatos técnicos, ensaios, anais de congresso, preprints e working papers;<br>Textos sem acesso ao conteúdo completo; |

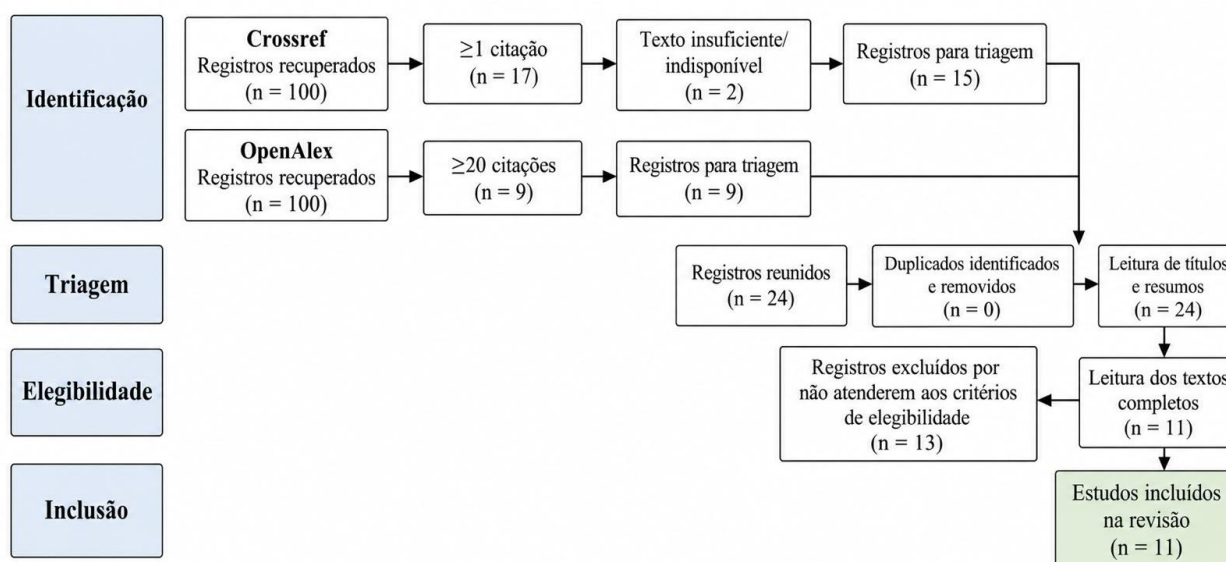
<sup>8</sup> As palavras-chave foram selecionadas a partir dos principais eixos temáticos e analíticos que orientam a discussão desenvolvida no artigo.

|                  |                                                                                                                                                                                                                           |
|------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                  | Estudos que mencionam o tema de forma periférica, sem desenvolver discussão teórica ou empírica sobre Políticas Públicas de Saúde e/ou neodesenvolvimentismo no Brasil;<br>Publicações fora do recorte temporal definido. |
| Recorte temporal | 2003-2025                                                                                                                                                                                                                 |
| Idioma           | Português, Espanhol e Inglês                                                                                                                                                                                              |
| Preferências     | 100 resultados por pesquisa                                                                                                                                                                                               |
| Nº de citações   | 1 citação no <i>Crossref</i><br>20 citações no <i>OpenAlex</i>                                                                                                                                                            |
| Data da pesquisa | 28 de outubro de 2025                                                                                                                                                                                                     |

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Com base no protocolo de busca estabelecido, foram realizadas duas consultas independentes no *Publish or Perish*, uma utilizando a base *Crossref* e outra a *OpenAlex*. Os registros recuperados foram posteriormente reunidos, verificada a inexistência de duplicatas e submetidos às etapas de triagem e elegibilidade, conforme sintetizado no Fluxograma 1.

### Fluxograma 1 – Processo de seleção dos estudos



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Após a consolidação dos registros provenientes das duas bases, aplicaram-se os critérios de elegibilidade por meio da leitura dos títulos, resumos e, quando necessário, dos textos completos. Foram incluídos artigos científicos revisados por pares, publicados em português, inglês ou espanhol, que abordassem a relação entre neodesenvolvimentismo, políticas públicas de saúde e o contexto brasileiro. Excluíram estudos sem aderência ao objeto da pesquisa, bem como documentos que não correspondiam a artigos científicos. Consideraram-se periódicos nacionais e internacionais, em razão da relevância do Sistema Único de Saúde (SUS) para a produção científica nacional e internacional.

Ao final do processo de seleção, o corpus foi composto por 11 artigos científicos. A análise



foi realizada por meio da técnica qualitativa de análise documental, buscando identificar como o conceito de neodesenvolvimentismo é mobilizado na literatura sobre políticas públicas de saúde no Brasil, bem como as convergências, divergências e lacunas presentes nessa produção.

## 5. Contribuições dos artigos para o debate sobre políticas públicas de saúde e neodesenvolvimentismo no Brasil

O grupo de artigos analisados mostrou certa variedade na discussão sobre as transformações nas políticas públicas brasileiras, incluindo desde o campo de políticas públicas em saúde no Brasil até os impactos do modelo neodesenvolvimentista de economia que causaram mudanças institucionais do Estado. A partir dos enfoques multifacetados, como a dimensão econômica, política, institucional e social, os trabalhos possuem convergentes compreensões de que o modelo econômico neodesenvolvimentista no Brasil e as dinâmicas político-institucionais causaram mudanças profundas no empreendimento de políticas públicas nas últimas décadas, principalmente após a Constituição de 1988. A seguir, o Quadro 2 traz uma síntese descritiva dos trabalhos considerando os seguintes critérios: título do artigo, período de publicação, tema principal, tipo de documento, idioma e base de dados encontrada.

**Quadro 2 – Síntese descritiva dos artigos selecionados**

| Nº | Título do Artigo                                                                                                                                                             | Ano  | Tema Principal                                                                                                                          | Tipo de Documento | Idioma             | Base de Dados                                            |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|--------------------|----------------------------------------------------------|
| 1  | “A transição da mortalidade por cânceres no Brasil e a tomada de decisão estratégica nas políticas públicas de saúde da mulher”                                              | 2016 | Transição da mortalidade por cânceres femininos e suas implicações para as políticas públicas de saúde da mulher                        | Artigo científico | Português / Inglês | Revista de Políticas Públicas, v.20, n.1, 2016           |
| 2  | “Consequências do neodesenvolvimentismo brasileiro para as políticas públicas de crianças e adolescentes: reflexões sobre a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte” | 2013 | Impactos socioeconômicos e políticos do modelo neodesenvolvimentista sobre as políticas de infância e juventude, com foco em Belo Monte | Artigo científico | Português / Inglês | Revista de Políticas Públicas, v.17, n.2, jul./dez. 2013 |
| 3  | “Fundos de pensão, capital estatal e neodesenvolvimentismo”                                                                                                                  | 2014 | Atuação dos fundos de pensão e do capital estatal no contexto do neodesenvolvimentismo brasileiro                                       | Artigo científico | Português / Inglês | Revista de Políticas Públicas, Número Especial, 2014     |
| 4  | “Sobre os bastidores do processo de formulação de políticas públicas”                                                                                                        | 2013 | Análise dos processos internos e fatores políticos que influenciam a                                                                    | Artigo científico | Português          | Revista Políticas Públicas.                              |



|    |                                                                                                                                                             |      |                                                                                                                                                                       |                   |                                         |                                                                                                     |
|----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-----------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|
|    |                                                                                                                                                             |      | formulação de políticas públicas no Brasil                                                                                                                            |                   |                                         | São Luiz. V. 17.                                                                                    |
| 5  | <b>“Judicialização da Saúde no Brasil: categorização das fases decisórias a partir do Supremo Tribunal Federal e os impactos no Sistema Único de Saúde”</b> | 2021 | Judicialização da saúde e os impactos das decisões do STF sobre o Sistema Único de Saúde (SUS)                                                                        | Artigo científico | Português / Inglês                      | <i>Public Sciences &amp; Policies</i> , v.7, n.1, 2021                                              |
| 6  | <b>“A Constituição Cidadã e os 25 anos do Sistema Único de Saúde (SUS)”</b>                                                                                 | 2013 | Reflexão sobre a consolidação e os desafios do SUS, destacando avanços institucionais e limitações políticas e financeiras após 25 anos da Constituição de 1988       | Artigo científico | Português                               | <i>SciELO (Scientific Electronic Library Online) Cadernos de Saúde Pública (Cad. Saúde Pública)</i> |
| 7  | <b>“O ‘social’ no interior do projeto neoliberal: transformações no papel do Estado e nas políticas públicas brasileiras”</b>                               | 2014 | Análise crítica das mudanças na concepção de políticas sociais no contexto neoliberal e seus efeitos sobre o Estado e a cidadania                                     | Artigo científico | Português                               | <i>Revista Serviço Social &amp; Sociedade (Serv. Soc. Soc.), São Paulo</i>                          |
| 8  | <b>“Ser Social, Estado, Democracia e Saúde”</b>                                                                                                             | 2020 | Discussão teórico-crítica sobre a relação entre democracia, Estado e políticas públicas de saúde, com ênfase nas tensões entre universalidade e neoliberalismo        | Artigo científico | Português                               | <i>Revista Ser Social, UnB</i>                                                                      |
| 9  | <b>“Economia política e avaliação em políticas públicas no Brasil pós-2014”</b>                                                                             | 2021 | Avaliação crítica da tendência economicista nas políticas públicas brasileiras após 2014, enfatizando o risco de perda de valores republicanos no processo avaliativo | Artigo científico | Português / Inglês                      | <i>Cadernos de Saúde Coletiva</i> , v.29 (esp.), 2021                                               |
| 10 | <b>“Políticas públicas em saúde mental indígena no Brasil”</b>                                                                                              | 2019 | Análise das políticas públicas de saúde mental voltadas às populações indígenas brasileiras, suas dificuldades práticas e desafios culturais                          | Artigo científico | Português / Inglês / Francês / Espanhol | <i>TraHs – Números Especiais n°4</i> , Université de Limoges                                        |
| 11 | <b>“O contexto internacional e a retomada do debate sobre o desenvolvimento no Brasil”</b>                                                                  | 2011 | Análise como o cenário internacional pós-crise de 2008 influenciou a retomada das discussões sobre desenvolvimento no Brasil, destacando as tensões entre Estado e    | Artigo científico | Português                               | <i>Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro</i> , vol. 54, n° 4.                                 |



|  |  |  |                                                      |  |  |  |
|--|--|--|------------------------------------------------------|--|--|--|
|  |  |  | mercado e a busca por um novo modelo de crescimento. |  |  |  |
|--|--|--|------------------------------------------------------|--|--|--|

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2026).

No artigo *A transição da mortalidade por cânceres no Brasil e a tomada de decisão estratégica nas políticas públicas de saúde da mulher* (Guimarães *et al.*, 2016), identificou-se um estudo sobre a transição epidemiológica e seus efeitos nas políticas voltadas à saúde da mulher. O trabalho revela como as transformações demográficas e epidemiológicas, especificamente o aumento da mortalidade por cânceres femininos, pedem respostas estratégicas do Estado e o planejamento em políticas públicas intersetoriais. O artigo traz evidências do fenômeno estudado, destacando a importância da gestão estratégica em saúde.

A dimensão política das políticas públicas de saúde é retomada sob outro prisma em *Judicialização da Saúde no Brasil: categorização das fases decisórias a partir do Supremo Tribunal Federal e os impactos no Sistema Único de Saúde* (Cunha; Farranha, 2021). O artigo discute como o poder judicial vem interferindo de maneira crescente na definição de prioridades e na destinação de recursos públicos, configurando o fenômeno conhecido como judicialização da política (ou ativismo judicial), em consonância com o que o cientista político C. Neal Tate (1995) denomina de expansão global do poder judicial. Dessa forma, ambos os trabalhos abordam saúde pública, entretanto sob perspectivas complementares: um enfatiza o planejamento estratégico e o outro os efeitos institucionais e políticos do ativismo judicial.

Outros artigos ampliam o debate acerca do modelo econômico neodesenvolvimentista nas políticas públicas. Na obra *Consequências do neodesenvolvimentismo brasileiro para as políticas públicas de crianças e adolescentes: reflexões sobre a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte* (Oliveira, 2013), o foco recai sobre as contradições entre crescimento econômico e direitos sociais. O texto demonstra que há um paradigma neodesenvolvimentista onde políticas de grandes obras e no contexto de expansão econômica podem coexistir com violações de direitos e desmontes de políticas de proteção social. O caso de Belo Monte é emblemático: o desenvolvimento é retratado como instrumento de exclusão ao passo em que o planejamento estatal negligencia impactos socioambientais e humanos.

Tal crítica ao modelo neodesenvolvimentista de economia é reforçada por *Fundos de pensão, capital estatal e neodesenvolvimentismo* (Gomes, 2014), que faz uma análise do papel do capital estatal e dos fundos de pensão como instrumentos de política econômica nesse contexto. O autor evidencia a articulação entre o Estado e o mercado financeiro na sustentação de grandes investimentos, mostrando os riscos de captura de interesse público pela lógica de rentabilidade. Ambos trabalhos supracitados demonstram que, embora o neodesenvolvimentismo tenha buscado



revalorizar o papel do Estado, sua prática resultou em tensões entre crescimento econômico, justiça social e sustentabilidade democrática.

No texto *O contexto internacional e a retomada do debate sobre o desenvolvimento no Brasil* (Diniz, 2014) contribui para a discussão ao situar o Brasil no cenário pós-crise de 2008. Ele mostra como o debate sobre desenvolvimento foi reatualizado e sofreu pressões externas e internas, com ênfase no novo equilíbrio entre Estado e mercado. Esse estudo serve de pano de fundo para entender as transformações das políticas públicas nas décadas seguintes, marcadas pela crise do consenso neodesenvolvimentista e empreendimentos em políticas neoliberais.

A questão do papel do Estado é retomada em *O 'social' no interior do projeto neoliberal: transformações no papel do Estado e nas políticas públicas brasileiras* (Pfeifer, 2016). O artigo faz uma crítica ao processo de configuração neoliberal das políticas sociais, apontando que a ênfase em eficiência e a questão orçamentária compromete a garantia de direitos sociais. Essa perspectiva se articula com *Ser Social, Estado, Democracia e Saúde* (Mendes; Carnut, 2017), que discute as tensões entre democracia e neoliberalismo, especificamente na área da saúde. Ambos os textos convergem no argumento de que o Estado brasileiro vem passando por um processo de retração democrática, onde o discurso da racionalidade econômica substitui o compromisso com a igualdade e a cidadania.

Essas transformações também se manifestam na análise do texto *Economia política e avaliação em políticas públicas no Brasil pós-2014* (Jannuzzi, 2021). O artigo aponta uma crescente vertente economicista no empreendimento das políticas públicas, na qual critérios técnicos e de custo se sobrepõem à discussão de valores republicanos e de justiça social. Esta foi uma mudança importante: a política pública, antes vista como instrumento de transformação social, passou a ser concebida como mecanismo de ajuste fiscal e eficiência administrativa. Nesse sentido, há também uma completa desvalorização do planejamento.

Seguindo a mesma perspectiva, o texto *A Constituição Cidadã e aos 25 anos do Sistema Único de Saúde (SUS)* (Paim, 2013) examina os avanços e desafios do SUS desde 1988, destacando as contradições entre o ideal constitucional de universalidade e os limites impostos por políticas de austeridade. O artigo faz conexão entre a crise de financiamento público e a crescente judicialização da saúde, articulando as dimensões de direito, política e economia.

Por fim, *Políticas públicas em saúde mental indígena no Brasil* (Ways; Bento; Quadros, 2019) amplia a discussão ao abordar a relação entre saúde, cultura e direitos humanos. O texto mostra como a formulação de políticas públicas deve incorporar a diversidade cultural e os saberes tradicionais, apontando os desafios de aplicar um modelo universal em contextos culturais diferentes. Essa análise conecta-se às demais ao revelar as limitações do Estado em lidar com demandas sociais complexas, sobretudo em contextos de vulnerabilidade e desigualdade.

## 6. Resultados da revisão sistemática: análise das obras segundo as perspectivas teóricas sobre o neodesenvolvimentismo

Nesta RSL, busca-se compreender como a literatura encontrada sobre Políticas Públicas de Saúde aborda o tema do neodesenvolvimentismo em suas discussões. Considerou-se as quatro perspectivas citadas acima como suficientes para nos ajudar a explorar o tema, pois apontam quatro olhares diferentes sobre o neodesenvolvimentismo no Brasil. Para isso, foram criados quadros comparativos simplificados, a fim de sistematizar as bibliografias encontradas de acordo com as quatro perspectivas citadas acima (Bresser-Pereira (2019), Gonçalves (2012), Mollo e Fonseca (2013) e Moraes e Saad-Filho (2011)).

Essas quatro abordagens oferecem leituras distintas e, por vezes, contrastantes sobre o significado, os limites e as contradições do neodesenvolvimentismo no país, permitindo analisar a produção acadêmica sobre as políticas de saúde de forma comparativa. Para sistematizar essa relação, os quadros abaixo sintetizam os resultados obtidos a partir do agrupamento das unidades analisadas, permitindo visualizar de forma comparativa as principais características, tendências e distinções entre os artigos encontrados, bem como a relação segundo as classificações: “**Forte**”, “**Moderada**”, “**Moderada/Forte**” e “**Fraca ou nenhuma relação**”<sup>9</sup>. Essa abordagem contribui para uma interpretação mais sistemática dos dados e para o aprofundamento da análise sobre o fenômeno estudado.

---

<sup>9</sup> Com base na proposta de sistematização e organização analítica da literatura apresentada por Grant e Booth (2009), este estudo desenvolveu uma tipologia analítica destinada a identificar os diferentes níveis de aproximação teórica entre as obras analisadas e as quatro perspectivas do neodesenvolvimentismo selecionadas. Para tanto, foram estabelecidas as categorias “Forte”, “Moderada/Forte”, “Moderada” e “Fraca ou nenhuma relação”, utilizadas para classificar a intensidade do diálogo conceitual, analítico e temático presente em cada texto em relação às abordagens teóricas investigadas. A construção dessas categorias teve como objetivo organizar e sintetizar os achados da revisão, permitindo identificar distintos graus de convergência entre os argumentos mobilizados pelos autores e os pressupostos centrais de cada perspectiva teórica. Os critérios adotados para a classificação são apresentados a seguir.

- **Forte:** indica que o texto estabelece diálogo direto e substantivo com a perspectiva teórica analisada. Isso ocorre quando a obra mobiliza conceitos, elementos, críticas ou fundamentos presentes na abordagem teórica em questão. Em geral, esses textos incorporam a lógica econômica e política característica da corrente teórica de modo explícito ou aprofundado.
- **Moderada:** caracteriza textos cuja relação com a perspectiva teórica é indireta ou parcial. Nesses casos, a obra aborda temas ou problemas que se conectam à abordagem analisada, como papel do Estado, estrutura produtiva, desigualdade, mercado de trabalho, dependência ou política macroeconômica, mas sem adotar os fundamentos analíticos centrais daquela perspectiva. A aproximação é temática, mas não necessariamente conceitual.
- **Moderada/Forte:** categoria intermediária utilizada quando o texto demonstra elementos que o aproximam significativamente da perspectiva teórica, mas sem configurar o alinhamento pleno. Geralmente, o texto mobiliza conceitos relevantes ou faz críticas convergentes, mas não desenvolve o argumento de forma suficientemente sistemática para ser classificado como “Forte”.
- **Fraca ou nenhuma relação:** engloba textos que não dialogam com a perspectiva teórica analisada ou fazem de forma apenas tangencial. Aqui estão incluídas obras cujo foco é predominantemente setorial, técnico, institucional ou epidemiológico, sem articulação substantiva com o debate sobre desenvolvimento, macroeconomia, dependência ou Estado.



**Quadro 3 – Textos selecionados e a perspectiva de Bresser-Pereira (2019)**

| Texto                                                                                                          | Objeto central do texto em políticas públicas                                                                                                                                               | Relação com a perspectiva neodesenvolvimentista                                                                                                                                  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Consequências do neodesenvolvimentismo brasileiro para as políticas públicas de crianças e adolescentes</b> | Analisa os impactos das estratégias de crescimento econômico e expansão do Estado sobre políticas sociais voltadas à infância e adolescência, com atenção aos efeitos sociais e ambientais. | <b>Forte</b> – dialoga diretamente com Bresser-Pereira ao articular desenvolvimento econômico, papel do Estado e inclusão social, elementos centrais do Novo Desenvolvimentismo. |
| <b>Fundos de pensão, capital estatal e neodesenvolvimentismo</b>                                               | Examina o papel dos fundos de pensão e do capital estatal como instrumentos de financiamento do investimento produtivo e de políticas públicas no Brasil.                                   | <b>Forte</b> – aproxima-se do núcleo da teoria bresseriana ao enfatizar o Estado como indutor do desenvolvimento e articulador do investimento de longo prazo.                   |
| <b>O “social” no interior do projeto neoliberal</b>                                                            | Discute a configuração e os limites das políticas sociais em contextos de hegemonia neoliberal, com foco na subordinação do social à lógica de mercado.                                     | <b>Moderada/Forte</b> – relaciona-se indiretamente ao Novo Desenvolvimentismo ao criticar o neoliberalismo, adversário teórico central da proposta de Bresser-Pereira.           |
| <b>Economia política e avaliação em políticas públicas no Brasil pós-2014</b>                                  | Analisa a inflexão macroeconômica e seus efeitos sobre a formulação, financiamento e avaliação das políticas públicas após o esgotamento do ciclo desenvolvimentista.                       | <b>Forte</b> – converge com a leitura estruturalista de Bresser-Pereira sobre o colapso do ciclo neodesenvolvimentista e a mudança no regime macroeconômico.                     |
| <b>O contexto internacional e a retomada do debate sobre o desenvolvimento no Brasil</b>                       | Examina o cenário internacional e o ressurgimento do debate desenvolvimentista no Brasil, com foco em estratégias nacionais de desenvolvimento.                                             | <b>Forte</b> – diálogo direto com o Novo Desenvolvimentismo, especialmente na defesa de um projeto nacional autônomo e do Estado como agente estratégico.                        |
| <b>Ser Social, Estado, Democracia e Saúde</b>                                                                  | Discute a relação entre Estado, democracia e a efetivação das políticas de saúde como direitos sociais.                                                                                     | <b>Moderada</b> – converge parcialmente com Bresser-Pereira ao defender um Estado forte e democrático, embora sem foco explícito na macroeconomia do desenvolvimento.            |
| <b>Demais textos da literatura de saúde</b>                                                                    | Analisa políticas públicas de saúde sob perspectivas epidemiológicas, jurídicas, institucionais ou históricas, com foco no SUS, na gestão e em políticas setoriais específicas.             | <b>Fraca ou inexistente</b> – não dialogam diretamente com o neodesenvolvimentismo, pois não abordam desenvolvimento, macroeconomia ou projeto nacional.                         |

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2026).

À luz de Bresser-Pereira (2019), no quadro 3 observa-se que parte significativa das obras dialoga diretamente com os pressupostos do neodesenvolvimentismo, sobretudo aquelas que enfatizam o papel estratégico do Estado na coordenação do desenvolvimento, no financiamento do investimento produtivo e na sustentação de políticas sociais. Textos como *Fundos de pensão, capital estatal e neodesenvolvimentismo* e *O contexto internacional e a retomada do debate sobre o desenvolvimento no Brasil* convergem com a leitura bresseriana ao destacar a centralidade de um projeto nacional de desenvolvimento e a crítica ao neoliberalismo ortodoxo. No entanto, mesmo nos trabalhos com forte aderência a esse referencial, nota-se que a relação com as políticas públicas de saúde aparece de forma indireta, subordinada ao debate macroeconômico e



institucional.

**Quadro 4 – Textos selecionados e a perspectiva de Reinaldo Gonçalves (2012)**

| Obra                                                                                                           | Objeto central do texto em políticas públicas                                                                                                              | Relação com o pensamento de Reinaldo Gonçalves (2012)                                                                                                                         |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Consequências do neodesenvolvimentismo brasileiro para as políticas públicas de crianças e adolescentes</b> | Analisa os efeitos sociais, distributivos e ambientais das estratégias neodesenvolvimentistas sobre políticas públicas voltadas à infância e adolescência. | <b>Forte</b> – converge com Gonçalves ao criticar o caráter contraditório, excludente e socialmente desigual do neodesenvolvimentismo.                                        |
| <b>Fundos de pensão, capital estatal e neodesenvolvimentismo</b>                                               | Examina o papel dos fundos de pensão e do capital estatal na estrutura de financiamento das políticas públicas e do investimento produtivo.                | <b>Forte</b> – dialoga diretamente com a crítica de Gonçalves à financeirização e ao uso do Estado como agente subordinado à lógica do capital.                               |
| <b>O “social” no interior do projeto neoliberal</b>                                                            | Analisa a incorporação seletiva das políticas sociais no interior do projeto neoliberal e seus limites estruturais.                                        | <b>Forte</b> – aproxima-se da noção de “liberalismo enraizado” de Gonçalves, ao mostrar a instrumentalização do social para legitimar a ordem neoliberal.                     |
| <b>Economia política e avaliação em políticas públicas no Brasil pós-2014</b>                                  | Discute a crise do modelo econômico e seus efeitos sobre a capacidade do Estado de formular, financiar e avaliar políticas públicas.                       | <b>Moderada/Forte</b> – converge com a crítica de Gonçalves à fragilidade estrutural do Estado e à baixa autonomia das políticas públicas no pós-neodesenvolvimentismo.       |
| <b>O contexto internacional e a retomada do debate sobre o desenvolvimento no Brasil</b>                       | Analisa o debate sobre desenvolvimento a partir do cenário internacional e das alternativas teóricas ao neoliberalismo.                                    | <b>Moderada</b> – embora dialogue com o desenvolvimentismo, adota uma leitura menos crítica que a de Gonçalves, que enfatiza a dependência estrutural e os limites do modelo. |
| <b>Demais textos da literatura</b>                                                                             | Abordam políticas públicas setoriais (saúde, judicialização, gestão, formulação e implementação) sob perspectivas institucionais ou normativas.            | <b>Fraca ou inexistente</b> – não problematizam o neodesenvolvimentismo nem a dependência estrutural do Estado, eixos centrais da crítica de Gonçalves.                       |

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2026).

Quando analisadas a partir da perspectiva crítica de Reinaldo Gonçalves (2012), as bibliografias revelam com maior nitidez as contradições internas do neodesenvolvimentismo. Gonçalves questiona a capacidade do Estado de promover desenvolvimento autônomo em um contexto de dependência estrutural e financeirização, argumento que converge em textos que analisam os impactos sociais, ambientais e distributivos do modelo, como *Consequências do neodesenvolvimentismo brasileiro para as políticas públicas de crianças e adolescentes*. Nessa interpretação, as políticas públicas aparecem como tensionadas entre a ampliação formal de direitos e os limites estruturais impostos pela inserção subordinada do Brasil na economia global, o que ajuda a explicar a fragilidade e a descontinuidade de políticas sociais, inclusive na área da saúde.

**Quadro 5 – Textos selecionados e a perspectiva de Mollo e Fonseca (2013)**



| Obra                                                                                                           | Objeto central do texto em políticas públicas                                                                                                                   | Relação com o pensamento de Mollo e Fonseca (2013)                                                                                                                                           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Consequências do neodesenvolvimentismo brasileiro para as políticas públicas de crianças e adolescentes</b> | Analisa os efeitos sociais, distributivos e estruturais das políticas desenvolvimentistas recentes sobre políticas públicas voltadas à infância e adolescência. | <b>Forte</b> – converge com a análise crítica de Mollo e Fonseca ao evidenciar desigualdades persistentes e limites estruturais do desenvolvimento dependente.                               |
| <b>Fundos de pensão, capital estatal e neodesenvolvimentismo</b>                                               | Examina o papel do Estado, do capital nacional e dos fundos públicos no financiamento do desenvolvimento e das políticas públicas.                              | <b>Moderada/Forte</b> – dialoga com a reflexão de Mollo e Fonseca sobre o Estado desenvolvimentista, suas contradições históricas e sua capacidade limitada de promover autonomia econômica. |
| <b>O “social” no interior do projeto neoliberal</b>                                                            | Analisa a reconfiguração das políticas sociais no contexto neoliberal e seus impactos sobre a capacidade estatal de promover desenvolvimento.                   | <b>Forte</b> – alinha-se à crítica dos autores à perda de centralidade do Estado e à subordinação das políticas sociais à lógica do mercado.                                                 |
| <b>Economia política e avaliação em políticas públicas no Brasil pós-2014</b>                                  | Discute o desmonte institucional e os efeitos da crise econômica sobre a formulação, financiamento e avaliação das políticas públicas.                          | <b>Moderada/Forte</b> – converge com o enfoque histórico-estrutural de Mollo e Fonseca ao analisar o esvaziamento do papel estatal após o ciclo neodesenvolvimentista.                       |
| <b>O contexto internacional e a retomada do debate sobre o desenvolvimento no Brasil</b>                       | Examina o debate sobre desenvolvimento à luz do contexto internacional e das tradições teóricas do estruturalismo latino-americano.                             | <b>Forte</b> – aproxima-se da tradição cepalina e da análise histórico-estrutural do subdesenvolvimento que fundamenta os trabalhos de Mollo e Fonseca.                                      |
| <b>Demais textos da literatura</b>                                                                             | Abordam políticas públicas setoriais (saúde, judicialização, gestão, formulação e implementação) sob perspectivas técnicas ou institucionais.                   | <b>Fraca ou inexistente</b> – não dialogam diretamente com o debate teórico sobre desenvolvimentismo e dependência, centrais em Mollo e Fonseca.                                             |

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2026).

Já o quadro 5 traz a leitura proposta por Mollo e Fonseca (2013) permitindo aprofundar a compreensão histórica e estrutural dessas limitações. As autoras, ancoradas na tradição cepalina (CEPAL), enfatizam que o desenvolvimentismo brasileiro, em suas versões clássica e recente, não rompeu com as bases da dependência econômica nem com a reprodução das desigualdades. Os textos analisados que dialogam com essa perspectiva tendem a problematizar o papel do Estado não apenas como indutor do desenvolvimento, mas como ator atravessado por contradições históricas e institucionais. Trabalhos como *Economia política e avaliação em políticas públicas no Brasil pós-2014* evidenciam o esvaziamento da capacidade estatal após o ciclo neodesenvolvimentista, reforçando a ideia de que as políticas públicas permanecem vulneráveis às inflexões macroeconômicas e políticas.

**Quadro 6 – Textos selecionados e a perspectiva de Moraes e Saas-Filho (2011)**

| Obra                                                                       | Objeto central do texto em políticas públicas                                                  | Relação com o pensamento de Moraes e Saad-Filho (2011)                                                             |
|----------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Consequências do neodesenvolvimentismo brasileiro para as políticas</b> | Analisa os impactos sociais, territoriais e distributivos das políticas neodesenvolvimentistas | <b>Forte</b> – converge com a análise crítica de Moraes e Saad-Filho ao evidenciar a contradição entre crescimento |



|                                                                                          |                                                                                                                                        |                                                                                                                                                                                       |
|------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>públicas de crianças e adolescentes</b>                                               | sobre políticas públicas voltadas à infância e adolescência.                                                                           | econômico, reprodução das desigualdades e exclusão social.                                                                                                                            |
| <b>Fundos de pensão, capital estatal e neodesenvolvimentismo</b>                         | Examina a articulação entre Estado, capital financeiro e fundos públicos no financiamento do desenvolvimento e das políticas públicas. | <b>Forte</b> – dialoga diretamente com a crítica dos autores à financeirização do Estado e à subordinação das políticas públicas à lógica do capital.                                 |
| <b>O “social” no interior do projeto neoliberal</b>                                      | Analisa a incorporação seletiva das políticas sociais na racionalidade neoliberal e seus limites estruturais.                          | <b>Moderada/Forte</b> – aproxima-se da leitura de Moraes e Saad-Filho ao mostrar que o “social” é incorporado sem romper com a dependência e as desigualdades estruturais.            |
| <b>Economia política e avaliação em políticas públicas no Brasil pós-2014</b>            | Discute a crise do modelo econômico e seus efeitos sobre a capacidade estatal de formular, financiar e avaliar políticas públicas.     | <b>Forte</b> – articula-se à crítica de Moraes e Saad-Filho sobre os limites internos do capitalismo dependente brasileiro e o esgotamento do neodesenvolvimentismo.                  |
| <b>O contexto internacional e a retomada do debate sobre o desenvolvimento no Brasil</b> | Examina os condicionantes internacionais do desenvolvimento e as tentativas de retomada do debate desenvolvimentista.                  | <b>Moderada/Forte</b> – dialoga parcialmente ao reconhecer a dependência externa, embora adote uma leitura menos crítica que a dos autores sobre a viabilidade do desenvolvimentismo. |
| <b>Demais textos da literatura</b>                                                       | Abordam políticas públicas setoriais (saúde, judicialização, formulação e implementação) sob perspectivas técnicas ou institucionais.  | <b>Fraca ou inexistente</b> – não discutem as bases econômicas e estruturais do neodesenvolvimentismo criticadas por Moraes e Saad-Filho.                                             |

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2026).

Por fim, a abordagem de Moraes e Saad-Filho (2011) contribui para uma leitura ainda mais crítica do neodesenvolvimentismo ao situá-lo no interior das dinâmicas do capitalismo dependente brasileiro. Para esses autores, o modelo concilia crescimento econômico com a manutenção de estruturas profundas de desigualdade e financeirização, o que limita seu potencial transformador. Essa interpretação dialoga fortemente com os textos que analisam a crise do modelo e seus efeitos sobre as políticas públicas no período pós-2014, evidenciando que o “social” incorporado ao neodesenvolvimentismo não foi suficiente para alterar de forma estrutural as condições de reprodução das desigualdades, inclusive no campo da saúde.

Em conjunto, a análise das bibliografias demonstra que, embora o neodesenvolvimentismo seja um referencial importante para compreender o contexto político e econômico das políticas públicas de saúde, ele aparece de forma fragmentada e raramente articulado diretamente ao setor. A maior parte dos textos privilegia a dimensão macroestrutural do desenvolvimento, enquanto as políticas de saúde são analisadas de maneira setorial, institucional ou normativa. Essa lacuna reforça a relevância do presente estudo, ao propor uma aproximação mais sistemática entre o debate neodesenvolvimentista e a análise das políticas públicas de saúde no Brasil contemporâneo.

Diante desse mapeamento sobre políticas públicas de saúde no Brasil e considerando o debate acerca do neodesenvolvimentismo no país nos últimos 22 anos, bem como a análise detida da produção acadêmica, podemos identificar lacunas importantes. Primeiro, os estudos mais



aprofundados de políticas públicas de saúde considerando o caráter econômico de governos neodesenvolvimentistas são pouco desenvolvidos. O que existe, segundo a literatura, são análises gerais sobre o modelo neodesenvolvimentista e o seu impacto transversal em diversas áreas sociais e econômicas, destacando o protagonismo do Estado. Há ainda estudos expressivos abordando áreas específicas, entretanto, nem sempre existe uma abordagem profunda para cada política pública isoladamente.

Dessa forma, quando se trata de análises aprofundadas que consideram, de modo sistemático e detalhado, o vínculo entre políticas públicas de saúde e o caráter econômico dos governos neodesenvolvimentistas, as pesquisas são menos frequentes. Os estudos expressivos acompanham áreas específicas como saúde, educação, assistência, judicialização etc. Porém, é necessário haver exames mais minuciosos de cada política pública de maneira isolada para preencher as lacunas reconhecidas no campo das Ciências Sociais.

## 7. Considerações finais

A análise dos artigos sobre Políticas Públicas de Saúde com base nas diferentes perspectivas teóricas do neodesenvolvimentismo formuladas por Bresser-Pereira (2019), Reinaldo Gonçalves (2012), Mollo e Fonseca (2013) e Moraes e Saad-Filho (2011) revelou que há, em certa medida, uma diversidade no campo acadêmico, entretanto marcado por lacunas.

Observou que os estudos dialogam com as formulações neodesenvolvimentistas, especificamente no que diz respeito ao papel do Estado como agente responsável pelo crescimento econômico e articulador de políticas sociais. Entretanto, os achados apontam também para abordagens críticas, que problematizam as contradições desse modelo, sobretudo sua tendência à financeirização, à dependência estrutural e à subordinação das políticas à lógica do mercado.

Os quadros construídos para mostrar a relação dos artigos com as teorias sobre o neodesenvolvimentismo mostram que as obras com maior aderência ao pensamento de Bresser-Pereira enfatizam a centralidade do Estado e a necessidade de uma estratégia nacional de desenvolvimento, enquanto os estudos relacionados a Gonçalves e Moraes e Saad-Filho convergem para uma crítica estrutural mais contundente, denunciando a natureza contraditória do projeto neodesenvolvimentista. Enquanto isso, os textos alinhados à Mollo e Fonseca situam-se em uma posição intermediária, combinando elementos de continuidade e ruptura, especialmente no que tange às limitações do Estado brasileiro em promover desenvolvimento autônomo através de suas políticas.

Especificamente sobre políticas públicas de saúde, o levantamento mostrou que a maioria das produções concentra-se em análises institucionais, setoriais e jurídicas, abordando temas como judicialização, planejamento estratégico, epidemiologia e gestão do SUS. Entretanto, são ainda



escassas as pesquisas que integram a dimensão econômica e estrutural do neodesenvolvimentismo à formulação e execução de políticas de saúde. Portanto, constatou-se uma ausência entre os estudos macroeconômicos e as análises de políticas públicas setoriais.

Os resultados sugerem a necessidade de investigações que examinem empiricamente como diferentes concepções de neodesenvolvimentismo influenciaram a formulação, o financiamento e a implementação das políticas públicas de saúde em diferentes contextos territoriais brasileiro. Investigações futuras devem buscar articular, de forma mais sistemática, os condicionantes econômicos e institucionais do desenvolvimento com as políticas públicas de saúde, contribuindo para o aprofundamento do debate sobre o papel do Estado e os desafios para a promoção da justiça social e do combate às desigualdades persistentes.

### Referências bibliográficas

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Novo desenvolvimentismo: um segundo momento do estruturalismo latino-americano. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 221-246, abr./jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-31572019-3001>.

BRITO, Leonardo Leonidas de. Subdesenvolvimento e dependência: a crítica ao neodesenvolvimentismo no Brasil recente (2004-2016). *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 29, p. 9-38, maio/ago. 2021.

CUNHA, Jarbas Ricardo Almeida; FARRANHA, Ana Cláudia. Judicialização da saúde no Brasil: categorização das fases decisórias a partir do Supremo Tribunal Federal e os impactos no Sistema Único de Saúde. *Public Sciences & Policies*, Brasília, v. 7, n. 1, p. 37-57, 2021.

DINIZ, Eli. O contexto internacional e a retomada do debate sobre desenvolvimento no Brasil contemporâneo (2000/2010). *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 18, n. 2, p. 331-347, jul./dez. 2014.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 15, n. 2 (26), p. 225-256, 2004.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O projeto desenvolvimentista no Brasil: histórico e desafios da atualidade. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 117-128, jul./dez. 2016.

GARCIA, Danielle do Valle. Sobre os bastidores do processo de formulação de políticas públicas: considerações acerca da saúde bucal no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 6, p. 1365-1388, nov./dez. 2010.

GOMES, José Menezes. Fundos de pensão, capital estatal e neodesenvolvimentismo. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 18, n. esp., p. 89-108, 2014.



GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

GUIMARÃES, Raphael Mendonça; MUZI, Camila Drumond; TEIXEIRA, Moema de Poli; PINHEIRO, Sonoe Sugahara. A transição da mortalidade por cânceres no Brasil e a tomada de decisão estratégica nas políticas públicas de saúde da mulher. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 20, n. 1, p. 237-256, 2016.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Economia política e avaliação em políticas públicas no Brasil pós-2014. *Cadernos de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 29, n. esp., p. 1-9, 2021.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. 6. ed. Florianópolis: Insular, 2008.

MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo. Ser social, Estado, democracia e saúde. *Revista Ser Social*, Brasília, v. 22, n. 47, p. 143-166, 2020.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; AMADO, Adriana Moreira. O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 1 (53), p. 1-28, abr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2015v24n1art1>.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 1 (47), p. 741-772, abr. 2013.

MORAIS, Lécio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 31, n. 4 (124), p. 507-527, out./dez. 2011.

OLIVEIRA, Assis da Costa. Consequências do neodesenvolvimentismo brasileiro para as políticas públicas de crianças e adolescentes: reflexões sobre a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 17, n. 2, p. 299-318, jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, Raphael Rodrigues de. "Novo-desenvolvimentismo" no Brasil: gênese, ascensão e queda. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 23., 2018, Niterói. *Anais [...]*. Niterói: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2018.

PAIM, Jairnilson Silva. A Constituição cidadã e os 25 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). *Revista Ser Social*, Brasília, v. 15, n. 34, p. 33-52, jul./dez. 2013.

PAULANI, Leda Maria. A experiência brasileira entre 2003 e 2014: neodesenvolvimentismo? *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 20, p. 135-155, jan./jun. 2017.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Financiamento para o subdesenvolvimento: o Brasil e o segundo consenso de Washington. In: CASTRO, Ana Célia (org.). *Desenvolvimento em debate*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Mauad, 2002. v. 2, p. 359-398. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11919>. Acesso em: 5 ago. 2026.

PFEIFER, Mariana. O social no interior do projeto neodesenvolvimentista. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 92-101, jan./jun. 2016.



VERÍSSIMO, Michele Polline; XAVIER, Clésio Lourenço. Taxa de câmbio, exportações e crescimento: uma investigação sobre a hipótese de doença holandesa no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 63-81, jan./mar. 2013.

WAYHS, Ana Clara Dorneles; BENTO, Beatriz do Amaral Rezende; QUADROS, Fátima Alice de Aguiar. Políticas públicas em saúde mental indígena no Brasil. *TraHs – Travaux et Recherches dans les Amériques du Sud*, Limoges, n. 4, n. esp., p. 1-15, 2019.